



CÓD: OP-171AG-24
7908403561414

SÃO PEDRO-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO – SÃO PAULO

Professor I- Educação Infantil

EDITAL Nº 01/2024

Língua Portuguesa

1. Fonética; Fonologia; Sílabas; Encontros Vocálicos e Consonantais	5
2. Pontuação	6
3. Acentuação Gráfica	10
4. Ortofonia	11
5. Ortografia	12
6. Morfologia: Estrutura e Formação das palavras; Substantivo: flexão de gênero, número e grau; Adjetivo: flexão de gênero, número e grau; Verbo: conjugação; Artigo; Pronome: classificação; Numeral; Advérbio; Preposição; Conjunção; Interjeição	13
7. Análise Sintática da oração e do período	19
8. Regência: Verbal e Nominal	24
9. Concordância: Verbal e Nominal	25
10. Semântica	27
11. Crase	27
12. Emprego de algumas classes de palavras	28
13. Figuras de Linguagem	28
14. Vícios de Linguagem	30
15. Estruturação do Parágrafo: Elementos Coesivos e Argumentativos	32
16. Interpretação de Texto, Compreensão de Textos	32

Matemática

1. Operações com Números Reais; Operações Algébricas	39
2. Produtos Notáveis e Fatoração Algébrica	45
3. Equações Fracionárias; Equações e Inequações de 1º e 2º graus	48
4. Medidas de Tempo e Monetária	51
5. Grandezas Proporcionais; Razões e Proporções	54
6. Juros e Porcentagens	55
7. Regra de três: Simples e Composta	59
8. Sistemas de Equações e Inequações	61
9. Geometria Plana: retas, ângulos, polígonos, circunferência, círculo, sólidos (cubo, paralelepípedo, cilindro, cone, esfera); Perímetro e Área de Polígonos; Volume de Sólidos	62
10. Relações métricas no Triângulo Retângulo	68
11. Equações Exponenciais e Logarítmicas	68
12. Progressões Aritméticas e Geométricas	68
13. Estudo das Relações	73
14. Estudo das Funções de 1º e 2º Grau	73
15. Trigonometria; Relações Trigonométricas	106

16. Equações e Inequações Trigonométricas	112
17. Binômio de Newton; Análise Combinatória.....	112
18. Probabilidade.....	115
19. Matrizes, Determinantes e Sistemas.....	118
20. Geometria Analítica	126
21. Sistema Métrico e seus Derivados	132

Conhecimentos Gerais

1. História do Brasil, geografia do Brasil.....	135
2. atualidades sobre ciências, religião, cultura, política, esporte e os mais diversos temas de interesse social no Brasil e no mundo divulgados pela grande mídia (rádio, jornais, tv e internet).....	188

Conhecimentos Específicos

Professor I - Educação Infantil

1. Objetivos da Educação Infantil.....	191
2. Ampliação do repertório vocabular	192
3. A criança Pré- Escolar e suas linguagens.....	193
4. Atendimento à criança pré-escolar provinda de ambientes pouco estimuladores	194
5. Atividade de estimulação para a leitura na pré-escola	195
6. A educação artística a serviço da criatividade na pré-escola	196
7. A criança pré-escolar e o meio social.....	197
8. Sucata, um desafio à criatividade, Situações estimuladoras na área do pensamento operacional concreto.....	197
9. Ciências na Educação Infantil – Importância.....	198
10. Uma escola Piagetiana.....	199
11. Você fala porque pensa (não pensa porque fala) – a aprendizagem da linguagem como instrumento de aprendizagem	200
12. Da psicologia do desprivilegiado à psicologia do oprimido	201
13. A consciência moral e o espírito cívico segundo Jean Piaget.....	201
14. A criança e o número	202
15. Avaliação.....	203
16. Pedagogia de Freinet	204
17. Planejamento.....	204
18. Base Nacional Comum Curricular – BNCC (referente à Educação Infantil)	205
19. Literatura Infantil – Principais autores e obras	246
20. Teorias e Teóricos da Educação.....	247
21. Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	251
22. Lei Federal nº 9.394/96 - Das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	289
23. Lei 13.185/2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)	307

LÍNGUA PORTUGUESA

FONÉTICA; FONOLOGIA; SÍLABA; ENCONTROS VOCÁLICOS E CONSONANTAIS

— Fonologia

Fonologia¹ é o ramo da linguística que estuda o sistema sonoro de um idioma. Ao estudar a maneira como os fones ou fonemas (sons) se organizam dentro de uma língua, classifica-os em unidades capazes de distinguir significados.

²A Fonologia estuda o ponto de vista funcional dos Fonemas.

— Estrutura Fonética

Fonema

O fonema³ é a menor unidade sonora da palavra e exerce duas funções: formar palavras e distinguir uma palavra da outra. Veja o exemplo:

C + A + M + A = CAMA. Quatro fonemas (sons) se combinaram e formaram uma palavra. Se substituirmos agora o som M por N, haverá uma nova palavra, CANA.

A combinação de diferentes fonemas permite a formação de novas palavras com diferentes sentidos. Portanto, os fonemas de uma língua têm duas funções bem importantes: **formar palavras e distinguir uma palavra da outra.**

Ex.: mim / sim / gim...

Letra

A letra é um símbolo que representa um som, é a representação gráfica dos fonemas da fala. É bom saber dois aspectos da letra: **pode representar mais de um fonema ou pode simplesmente ajudar na pronúncia de um fonema.**

Por exemplo, a letra X pode representar os sons X (*enxame*), Z (*exame*), S (*têxtil*) e KS (*sexo*; neste caso a letra X representa dois fonemas – K e S = KS). Ou seja, uma letra pode representar mais de um fonema.

Às vezes a letra é chamada de **diacrítica**, pois vem à direita de outra letra para representar um fonema só. Por exemplo, na palavra *cachaça*, a letra H não representa som algum, mas, nesta situação, ajuda-nos a perceber que CH tem som de X, como em *xaveco*.

Vale a pena dizer que nem sempre as palavras apresentam número idêntico de letras e fonemas.

Ex.: bola > 4 letras, 4 fonemas
guia > 4 letras, 3 fonemas

Os fonemas classificam-se em **vogais, semivogais e consoantes.**

Vogais

São fonemas produzidos livremente, sem obstrução da passagem do ar. São mais tônicos, ou seja, têm a pronúncia mais forte que as semivogais. São o centro de toda sílaba. Podem ser **orais** (timbre aberto ou fechado) ou **nasais** (indicadas pelo ~, m, n). As vogais são A, E, I, O, U, que podem ser representadas pelas letras abaixo. Veja:

A: brasa (oral), lama (nasal)

E: sério (oral), entrada (oral, timbre fechado), dentro (nasal)

I: antigo (oral), índio (nasal)

O: poste (oral), molho (oral, timbre fechado), longe (nasal)

U: saúde (oral), juntar (nasal)

Y: hobby (oral)

Observação: As vogais ainda podem ser tônicas ou átonas.

Tônica aquela pronunciada com maior intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

Átona aquela pronunciada com menor intensidade. Ex.: café, bola, vidro.

Semivogais

São as letras “e”, “i”, “o”, “u”, representadas pelos fonemas (e, y, o, w), quando formam sílaba com uma vogal. Ex.: No vocábulo “história” a sílaba “ria” apresenta a vogal “a” e a semivogal “i”.

Os fonemas semivocálicos (ou semivogais) têm o som de I e U (apoiados em uma vogal, na mesma sílaba). São menos tônicos (mais fracos na pronúncia) que as vogais. São representados pelas letras I, U, E, O, M, N, W, Y. Veja:

– **pai:** a letra I representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mouro:** a letra U representa uma semivogal, pois está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **mãe:** a letra E representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **pão:** a letra O representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **cantam:** a letra M representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= cantãu).

– **dancem:** a letra M representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= dancêi).

– **hífen:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= hífêi).

– **glutens:** a letra N representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba (= glutêis).

– **windsurf:** a letra W representa uma semivogal, pois tem som de U e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

– **office boy:** a letra Y representa uma semivogal, pois tem som de I e está apoiada em uma vogal, na mesma sílaba.

1 <https://bit.ly/36RQAOb>.

2 <https://bit.ly/2slhcYZ>.

3 PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Quadro de vogais e semivogais	
Fonemas	Regras
A	Apenas VOGAL
E - O	VOGAIS, exceto quando está com A ou quando estão juntas (Neste caso a segunda é semivogal)
I - U	SEMIVOGAIS, exceto quando formam um hiato ou quando estão juntas (Neste caso a letra "I" é vogal)
AM	Quando aparece no final da palavra é SEMIVOGAL. Ex.: Dançam
EM - EN	Quando aparecem no final de palavras são SEMIVOGAIS. Ex.: Montem / Pólen

Consoantes

São fonemas produzidos com interferência de um ou mais órgãos da boca (dentes, língua, lábios). Todas as demais letras do alfabeto representam, na escrita, os fonemas consonantais: B, C, D, F, G, H, J, K, L, M, N, P, Q, R, S, T, V, W (com som de V, *Wagner*), X, Z.

— Encontros Vocálicos

Como o nome sugere, é o contato entre fonemas vocálicos. Há três tipos:

Hiato

Ocorre hiato quando há o encontro de duas vogais, que acabam ficando em sílabas separadas (Vogal – Vogal), porque só pode haver uma vogal por sílaba.

Ex.: sa-í-da, ra-i-nha, ba-ús, ca-ís-te, tu-cu-mã-í, su-cu-u-ba, ru-im, jú-ni-or.

Ditongo

Existem dois tipos: crescente ou decrescente (oral ou nasal).

Crescente (SV + V, na mesma sílaba). **Ex.:** magistério (oral), série (oral), várzea (oral), quota (oral), quatorze (oral), enquanto (nasal), cinquenta (nasal), quinquênio (nasal).

Decrescente (V + SV, na mesma sílaba). **Ex.:** item (nasal), amam (nasal), sêmen (nasal), cãibra (nasal), caule (oral), ouro (oral), veia (oral), fluido (oral), vaidade (oral).

Tritongo

O tritongo é a união de **SV + V + SV** na mesma sílaba; pode ser oral ou nasal. **Ex.:** saguão (nasal), Paraguai (oral), enxáguem (nasal), averiguou (oral), deságuam (nasal), aguei (oral).

Encontros Consonantais

Ocorre quando há um grupo de consoantes sem vogal intermediária. **Ex.:** flor, grade, digno.

Dígrafos: duas letras representadas por um único fonema. **Ex.:** passo, chave, telha, guincho, aquilo.

Os dígrafos podem ser consonantais e vocálicos.

– **Consonantais:** ch (chuva), sc (nascer), ss (osso), sç (desça), lh (filho), xc (excelente), qu (quente), nh (vinho), rr (ferro), gu (guerra).

– **Vocálicos:** am, an (tampa, canto), em, en (tempo, vento), im, in (limpo, cinto), om, on (comprar, tonto), um, un (tumba, mundo).

LEMBRE-SE!

Nos dígrafos, as duas letras representam um só fonema; nos encontros consonantais, cada letra representa um fonema.

PONTUAÇÃO

Para a elaboração de um texto escrito, deve-se considerar o uso adequado dos **sinais de pontuação** como: pontos, vírgula, ponto e vírgula, dois pontos, travessão, parênteses, reticências, aspas, etc.

Tais sinais têm papéis variados no texto escrito e, se utilizados corretamente, facilitam a compreensão e entendimento do texto.

— A Importância da Pontuação

⁴As palavras e orações são organizadas de maneira sintática, semântica e também melódica e rítmica. Sem o ritmo e a melodia, os enunciados ficariam confusos e a função comunicativa seria prejudicada.

O uso correto dos sinais de pontuação garante à escrita uma solidariedade sintática e semântica. O uso inadequado dos sinais de pontuação pode causar situações desastrosas, como em:

- Não podem atirar! (entende-se que atirar está proibido)
- Não, podem atirar! (entende-se que é permitido atirar)

— Ponto

Este ponto simples final (.) encerra períodos que terminem por qualquer tipo de oração que não seja interrogativa direta, a exclamativa e as reticências.

Outra função do ponto é a da pausa oracional, ao acompanhar muitas palavras abreviadas, como: *p.*, *2.ª*, entre outros.

Se o período, oração ou frase terminar com uma abreviatura, o ponto final não é colocado após o ponto abreviativo, já que este, quando coincide com aquele, apresenta dupla serventia.

Ex.: “O ponto abreviativo põe-se depois das palavras indicadas abreviadamente por suas iniciais ou por algumas das letras com que se representam, *v.g.* ; *V. S.ª* ; *Il.ª* ; *Ex.ª* ; etc.” (Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro)

O ponto, com frequência, se aproxima das funções do ponto e vírgula e do travessão, que às vezes surgem em seu lugar.

Obs.: Estilisticamente, pode-se usar o ponto para, em períodos curtos, empregar dinamicidade, velocidade à leitura do texto: “Era um garoto pobre. Mas tinha vontade de crescer na vida. Estudou. Subiu. Foi subindo mais. Hoje é juiz do Supremo.” É muito utilizado em narrações em geral.

— Ponto Parágrafo

Separa-se por ponto um grupo de período formado por orações que se prendem pelo mesmo centro de interesse. Uma vez que o centro de interesse é trocado, é imposto o emprego do ponto parágrafo se iniciando a escrever com a mesma distância da margem com que o texto foi iniciado, mas em outra linha.

O parágrafo é indicado por (§) na linguagem oficial dos artigos de lei.

— Ponto de Interrogação

É um sinal (?) colocado no final da oração com entonação interrogativa ou de incerteza, seja real ou fingida.

A interrogação conclusa aparece no final do enunciado e requer que a palavra seguinte se inicie por maiúscula. Já a interrogação interna (quase sempre fictícia), não requer que a próxima palavra se inicie com maiúscula.

Ex.: — Você acha que a gramática da Língua Portuguesa é complicada?

— Meu padrinho? É o Excelentíssimo Senhor coronel Paulo Vaz Lobo Cesar de Andrade e Sousa Rodrigues de Matos.

Assim como outros sinais, o ponto de interrogação não requer que a oração termine por ponto final, a não ser que seja interna.

Ex.: “Esqueceu alguma coisa? perguntou Marcela de pé, no patamar”.

4 BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Em diálogos, o ponto de interrogação pode aparecer acompanhando do ponto de exclamação, indicando o estado de dúvida de um personagem perante diante de um fato.

Ex.: — “Esteve cá o homem da casa e disse que do próximo mês em diante são mais cinquenta...”

— “?!...”

— Ponto de Exclamação

Este sinal (!) é colocado no final da oração enunciada com entonação exclamativa.

Ex.: “Que gentil que estava a espanhola!”

“Mas, na morte, que diferença! Que liberdade!”

Este sinal é colocado após uma interjeição.

Ex.: — Olé! exclamei.

— Ah! brejeiro!

As mesmas observações vistas no ponto de interrogação, em relação ao emprego do ponto final e ao uso de maiúscula ou minúscula inicial da palavra seguinte, são aplicadas ao ponto de exclamação.

— Reticências

As reticências (...) demonstram interrupção ou incompletude de um pensamento.

Ex.: — “Ao proferir estas palavras havia um tremor de alegria na voz de Marcela: e no rosto como que se lhe espalhou uma onda de ventura...”

— “Não imagina o que ela é lá em casa: fala na senhora a todos os instantes, e aqui aparece uma pamonha. Ainda ontem...”

Quando colocadas no fim do enunciado, as reticências dispensam o ponto final, como você pode observar nos exemplos acima.

As reticências, quando indicarem uma enumeração inconclusa, podem ser substituídas por *etc.*

Ao transcrever um diálogo, elas indicam uma não resposta do interlocutor. Já em citações, elas podem ser postas no início, no meio ou no fim, indicando supressão do texto transcrito, em cada uma dessas partes.

Quando ocorre a supressão de um trecho de certa extensão, geralmente utiliza-se uma linha pontilhada.

As reticências podem aparecer após um ponto de exclamação ou interrogação.

— Vírgula

A vírgula (,) é utilizada:

- Para separar termos coordenados, mesmo quando ligados por conjunção (caso haja pausa).

Ex.: “Sim, eu era esse garção bonito, airoso, abastado”.

IMPORTANTE!

Quando há uma série de sujeitos seguidos imediatamente de verbo, não se separa do verbo (por vírgula) o último sujeito da série

Ex.: Carlos Gomes, Vítor Meireles, Pedro Américo, José de Alencar tinham-nas começado.

- Para separar orações coordenadas aditivas, mesmo que estas se iniciem pela conjunção *e*, proferidas com pausa.

Ex.: “Gostava muito das nossas antigas dobras de ouro, e eu levava-lhe quanta podia obter”.

- Para separar orações coordenadas alternativas (*ou, quer, etc.*), quando forem proferidas com pausa.

Ex.: Ele sairá daqui logo, *ou eu me desligarei do grupo.*

IMPORTANTE!

Quando *ou* exprimir retificação, esta mesma regra vigora.

Ex.: Teve duas fases a nossa paixão, *ou* ligação, *ou* qualquer outro nome, que eu de nome não curo.

Caso denote equivalência, o *ou* posto entre os dois termos não é separado por vírgula.

Ex.: Solteiro *ou* solitário se prende ao mesmo termo latino.

- Em aposições, a não ser no especificativo.

Ex.: “ora enfim de uma casa que ele meditava construir, para residência própria, casa de feito moderno...”

- Para separar os pleonasmos e as repetições, quando não tiverem efeito superlativamente.

Ex.: “Nunca, nunca, meu amor!”

A casa é linda, linda.

- Para intercalar ou separar vocativos e apostos.

Ex.: Brasileiros, é chegada a hora de buscar o entendimento.

É aqui, nesta querida escola, que nos encontramos.

- Para separar orações adjetivas de valor explicativo.

Ex.: “perguntava a mim mesmo por que não seria melhor deputado e melhor marquês do que o lobo Neves, — *eu, que valia mais*, muito mais do que ele, — ...”

- Para separar, na maioria das vezes, orações adjetivas restritiva de certa extensão, ainda mais quando os verbos de duas orações distintas se juntam.

Ex.: “No meio da confusão que produzira por toda a parte este acontecimento inesperado e cujo motivo e circunstâncias inteiramente se ignoravam, ninguém reparou nos dois cavaleiros...”

IMPORTANTE!

Mesmo separando por vírgula o sujeito expandido pela oração adjetiva, esta pontuação pode acontecer.

Ex.: Os que falam em matérias que não entendem, parecem fazer gala da sua própria ignorância.

- Para separar orações intercaladas.

Ex.: “Não lhe posso dizer com certeza, respondi eu”

- Para separar, geralmente, adjuntos adverbiais que precedem o verbo e as orações adverbiais que aparecem antes ou no meio da sua principal.

Ex.: “Eu mesmo, até então, tinha-vos em má conta...”

- Para separar o nome do lugar em datas.

Ex.: São Paulo, 14 de janeiro de 2020.

- Para separar os partículas e expressões de correção, continuação, explicação, concessão e conclusão.

Ex.: “e, *não obstante*, havia certa lógica, certa dedução”

Sairá amanhã, *aliás*, depois de amanhã.

- Para separar advérbios e conjunções adversativas (*porém, todavia, contudo, entretanto*), principalmente quando pospostos.

Ex.: “A proposta, *porém*, desdizia tanto das minhas sensações últimas...”

- Algumas vezes, para indicar a elipse do verbo.

Ex.: Ele sai agora: eu, logo mais. (omitiu o verbo “sairei” após “eu”; elipse do verbo sair)

- Omissão por zeugma.

Ex.: Na classe, alguns alunos são interessados; outros, (são) relapsos. (Supressão do verbo “são” antes do vocábulo “relapsos”)

- Para indicar a interrupção de um seguimento natural das ideias e se intercala um juízo de valor ou uma reflexão subsidiária.

- Para evitar e desfazer alguma interpretação errônea que pode ocorrer quando os termos estão distribuídos de forma irregular na oração, a expressão deslocada é separada por vírgula.

Ex.: De todas as revoluções, para o homem, a morte é a maior e a derradeira.

- Em enumerações

sem gradação: Coleciono livros, revistas, jornais, discos.

com gradação: Não compreendo o ciúme, a saudade, a dor da despedida.

Não se separa por vírgula:

- sujeito de predicado;

- objeto de verbo;

- adjunto adnominal de nome;

- complemento nominal de nome;

- oração principal da subordinada substantiva (desde que esta não seja apositiva nem apareça na ordem inversa).

— Dois Pontos

São utilizados:

- Na enumeração, explicação, notícia subsidiária.

Ex.: Comprou dois presentes: um livro e uma caneta.

“que (Viegas) padecia de um reumatismo teimoso, de uma asma não menos teimosa e de uma lesão de coração: era um hospital concentrado”

“Queremos governos perfeitos com homens imperfeitos: disparate”

- Em expressões que se seguem aos verbos *dizer, retrucar, responder* (e semelhantes) e que dão fim à declaração textual, ou que assim julgamos, de outrem.

Ex.: “Não me quis dizer o que era: mas, como eu instasse muito:

— Creio que o Damião desconfia alguma coisa”

- Em alguns casos, onde a intenção é caracterizar textualmente o discurso do interlocutor, a transcrição aparece acompanhada de aspas, e poucas vezes de travessão.

Ex.: “Ao cabo de alguns anos de peregrinação, atendi às suplicas de meu pai:

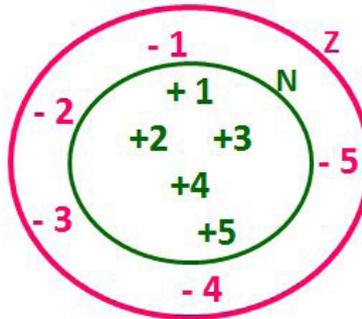
— Vem, dizia ele na última carta; se não vieres depressa acharás tua mãe morta!”

MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS; OPERAÇÕES ALGÉBRICAS

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



N C Z (N está contido em Z)

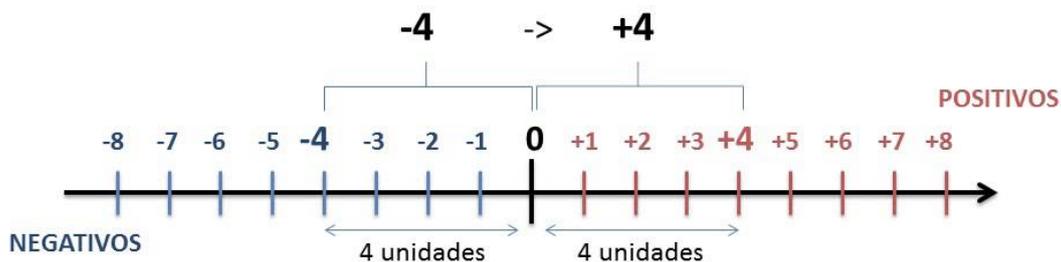
Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

• **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm
 $36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a **base** e o número n é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

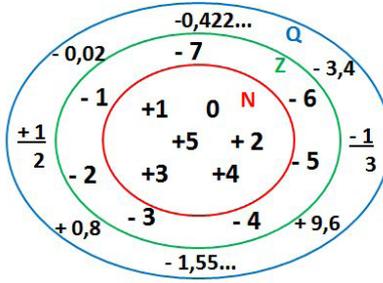
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

Símbolo	Representação	Descrição
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica

$$0,58\overline{33} \dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Parte não periódica com 2 algarismos → 583 - 58
 Período com 1 algarismo → 33
 2 algarismos zeros → 900
 1 algarismo 9 → 900

Simplificando

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)

Números que não se repetem e período

$$6,37\overline{777} \dots = \frac{637 - 63}{90} = \frac{574}{90}$$

Números que não se repetem

Período igual a 7
1 algarismo -> 1 nove

1 algarismo que não se repete depois da vírgula -> 1 zero

$$6 \frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } - a \rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574, \text{ logo: } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(PREF. NITERÓI) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333\dots + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C) $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA DO BRASIL, GEOGRAFIA DO BRASIL

BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características político-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim,

chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa. A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para

estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal.

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas ideias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânias hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

Capitânias Hereditárias

As Capitânias hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganham o nome de Capitânias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitanias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitanias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitanias Hereditárias criadas no século XVI:

Capitania do Maranhão

Capitania do Ceará

Capitania do Rio Grande

Capitania de Itamaracá

Capitania de Pernambuco

Capitania da Baía de Todos os Santos

Capitania de Ilhéus

Capitania de Porto Seguro

Capitania do Espírito Santo

Capitania de São Tomé

Capitania de São Vicente

Capitania de Santo Amaro

Capitania de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitanias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitanias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitanias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

Economia e sociedade colonial

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

- Pau-Brasil

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

- Cana-de-Açúcar

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitanias.

A decadência se iniciou na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

OBS. Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-de-obra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriram preconceito.

Sociedade Açucareira

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.
- Rural.
- Horizontal.
- Escravista.
- Patriarcal

OBS. Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

- Mineração

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

Ouro

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de fiação (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de lavra ou de mina (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A Intendência das Minas era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

- Tributação: A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundição e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as "derramas" se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

Diamantes

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira.

Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

Sociedade mineradora

A sociedade mineira ou mineradora possuía as seguintes características:

- Urbana.
- Escravista.

- Maior Mobilidade Social

OBS.

1- Surgem novos grupos sociais, como, tropeiros, garimpeiros e mascates.

2- Alguns escravos, como Xica da Silva e Chico Rei, tornaram-se muito ricos e obtiveram ascensão social.

3- É um erro achar que a população da região mineradora era abastada, pois a maioria era muito pobre e apenas um pequeno grupo era muito rico. Além disso, os preços dos produtos eram mais elevados do que no restante do Brasil.

4- A mineração contribuiu para interiorizar a colonização e para criar um mercado interno na colônia.

- Pecuária

A criação de gado foi introduzida na época de Tomé de Sousa, como uma atividade subsidiária à cana-de-açúcar, mas como o gado destruía o canavial, sua criação foi sendo empurrada para o sertão, tornando-se responsável pela interiorização da colonização do Nordeste, com grandes fazendas e oficinas de charque, utilizando a mão-de-obra local e livre, pois o vaqueiro era pago através da "quartiação". Mais tarde, devido às secas devastadoras no sertão nordestino, a região Sul passou a ser a grande produtora de carne de charque, utilizando negros escravos.

- Algodão

A plantação de algodão se desenvolveu no Nordeste, principalmente no Maranhão e tinha uma importância econômica de caráter interno, pois era utilizado para fazer roupas para a população mais pobre e para os escravos.

- Tabaco

Desenvolveu-se no Nordeste como uma atividade comercial, escravista e exportadora, pois era utilizado, juntamente com a rapadura e a aguardente, como moeda para adquirir escravos na África.

- Drogas do sertão

Desde o século XVI, as Drogas do Sertão (guaraná, pimentas, ervas, raízes, cascas de árvores, cacau, etc.) eram coletadas pelos índios na Amazônia e exportadas para a Europa, tanto por contrabandistas, quanto por padres jesuítas. Como o acesso à região era muito difícil, a floresta foi preservada.

Povoamento do interior no Período Colonial (Séc. XVII)

Até o século XVI, com a extração de pau-brasil e a produção açucareira, o povoamento do Brasil se limitou a uma estreita faixa territorial próxima ao litoral, em função da vegetação e do solo favoráveis a tais práticas respectivamente, porém, como vimos acima, esses não eram os únicos produtos explorados, o sistema econômico exploratório envolvia outras fontes, isso potencializou o povoamento do interior.

As causas da interiorização do povoamento

1) União Ibérica (1580-1640): a união entre Espanha e Portugal por imposição da Coroa Espanhola colocou em desuso o Tratado de Tordesilhas, permitindo que expedições exploratórias partissem do litoral brasileiro em direção ao que antes era definido como América Espanhola.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor I - Educação Infantil

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação tem um grande significado social. Desde os primeiros tempos de Limes, os filósofos dedicaram-lhe muita atenção definindo sua natureza e seus objetivos. Nos tempos modernos, filósofos educacionais e professores notáveis concederam à educação um lugar de destaque em suas obras.

O educador tcheco do século XVII Johann Amos Comenius é considerado o primeiro grande filósofo educacional dos tempos modernos. Ele criticou a ênfase predominante na lógica e nos clássicos e insistiu que o método de instrução deveria ser consistente com o desenvolvimento mental da criança e que o assunto deveria ser adotado de acordo com seus interesses.

John Locke, o filósofo inglês, escreveu que a educação deveria visar a disciplina servil e que deveria ser secular e não religiosa. Rousseau ensinou que o objetivo da educação é direcionar sabiamente as inclinações naturais da criança para treiná-la adequadamente. Ele também defendia a educação popular.

Forebel, que foi o fundador do jardim de infância, acreditava que o objetivo da educação é a “vida completa”. Segundo Pestalozzi, a educação deve visar o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades, sendo o objetivo final a melhoria da sorte das massas. John Dewey, o pai do movimento da educação progressiva, sustentava que a educação é o viver da vida, não uma preparação para a vida. Auguste Comte, o pai da Sociologia, defendia que a educação deveria ter como objetivo cultivar a simpatia e a compreensão de nossos semelhantes. Herbert Spencer afirmou que a educação deve preparar os indivíduos para uma vida equilibrada em sociedade.

Lester, F. Ward consideravam a educação um meio para o progresso social. Sumner sustentava que a educação deveria produzir no indivíduo uma “faculdade crítica bem desenvolvida” que o impediria de agir por mera sugestão ou impulso e de seguir caminhos acriticamente tradicionais, mas, em vez disso, o capacitaria a agir racionalmente pelo julgamento. Ele, no entanto, não considerava a educação como uma panaceia para todos os males. Ele escreveu: “Aplicamos a escolaridade como um remédio para todos os fenômenos sociais que não gostamos, nossa fé no poder do aprendizado do livro é excessiva e infundada. É uma superstição da época.” Giddings achava que a educação deveria ter como objetivo desenvolver nos indivíduos “autoconfiança e autocontrole, emancipá-los das crenças supersticiosas e da ignorância, dar-lhes conhecimento, fazê-los pensar de forma realista e ajudá-los a se tornarem cidadãos esclarecidos”. Para Durkheim, o objetivo da educação é a “socialização da geração mais jovem”.

Assim, encontramos escritores que definem os objetivos da educação de forma variada.

1) Para concluir o processo de socialização:

O primeiro e principal objetivo da educação é completar o processo de socialização. Embora a família seja uma grande fonte de socialização, nos tempos modernos deixa muito por fazer no pro-

cesso de socialização. Um sociólogo explica o fracasso da família em desenvolver atitudes de responsabilidade nas crianças com as seguintes palavras:

A situação surgiu em parte por causa de nossa mudança para a vida urbana e para o que o sociólogo chama de organização de grupo secundário da sociedade, isto é, sociedade marcada pelo desaparecimento da casa e do jardim, a predominância da especialização da ocupação, a individualização da escolha como a amigos, vida religiosa e formas de recreação, e um tipo geral de contato social “toca-e-vai”, tipo impessoal. A vida em nossas cidades, em comparação com a vida no campo e na aldeia de algumas gerações atrás, é superficial.

Apontamos como a família moderna tem falhado em desempenhar o papel de agência socializadora. A escola entrou nos lugares vagos. Agora, sente-se que é tarefa da escola incutir na criança as qualidades de honestidade, jogo limpo, consideração pelos outros e um senso de certo e errado.

Os pais que perderam o controle de seus próprios adolescentes agora esperam que a sala de aula compense quaisquer deficiências no treinamento de boas maneiras e moral em casa. A pressão crescente é colocada sobre a escola para desempenhar a tarefa de socialização que antes era função da família. Além da socialização dos jovens, a escola também dedica muito tempo e energia aos temas da cooperação, boa cidadania e cumprimento do dever. Os sentimentos patrióticos são incutidos nos alunos.

2) Transmissão do Patrimônio Cultural:

Em segundo lugar, a educação deve visar a transmissão do patrimônio cultural. Por patrimônio cultural entendemos o conhecimento do passado, a sua arte, literatura, filosofia, religião e música. Através de livros didáticos de história e indiretamente através da celebração de feriados patrióticos a criança conhece seu patrimônio cultural. No entanto, é apenas nos níveis mais elevados de ensino que se faz uma tentativa séria de concretizar este objetivo.

3) Reforma de Atitudes:

Em terceiro lugar, a educação deve visar a reforma de atitudes já formadas erroneamente pelas crianças. Dentro de seu grupo familiar, a criança muitas vezes absorve uma série de atitudes, crenças, lealdades e preconceitos. Reformar essas crenças e preconceitos é função da educação. Embora a escola não possa fazer muito a esse respeito, pois a frequência da criança na escola é intermitente, deve continuar seus esforços para a reforma de sua atitude.

4) Colocação Ocupacional:

A educação também tem um fim utilitário. Deve preparar o indivíduo para ganhar a vida. A educação deve capacitá-lo a realizar uma tarefa produtiva e ganhar o suficiente para si e sua família. Deve fazer do jovem um cidadão que produz no limite das suas capacidades naturais e adquiridas. A juventude deve ser capacitada para desempenhar um papel produtivo na sociedade.

5) Para incutir o senso de competição:

A ênfase principal da escola está na competição pessoal. Para cada assunto estudado, cada criança é comparada com seus companheiros por porcentagem de notas ou divisão. O professor elogia aqueles que fazem bem e desaprova aqueles que não fazem bem. A escola não só classifica todos os que estão dentro de seus muros, mas também peneira sua matéria-prima, passando alguns e rejeitando outros com base na inteligência e diligência. Atua, assim, como um seletor social.

Provavelmente, a melhor declaração dos objetivos da educação foi dada pelo Cardeal Newman. Falando da educação universitária, ele diz, “A formação universitária é o grande meio ordinário para um fim grandioso, mas ordinário: visa elevar o tom intelectual da sociedade, cultivar a mente do público, purificar o gosto nacional, fornecer os verdadeiros princípios ao entusiasmo popular e objetivos fixos à aspiração popular, para dar ampliação e sobriedade às ideias da época, para facilitar o exercício do poder político e refinar as relações da vida privada.”

É esta educação que dá ao homem uma visão clara e consciente de sua própria opinião e julgamento, uma verdade em desenvolvê-los, uma eloquência em expressá-los e uma força em exortá-los. Ensina como ver as coisas como elas são, ir direto ao ponto, desembaraçar uma meada de pensamento, derrotar o que é sofisticado e descartar o que é irrelevante. Mostra-lhe como acomodar-se aos outros, como se lançar no estado de espírito deles, como apresentar-lhes o seu, como influenciá-los, como chegar a um entendimento com eles, como suportá-los.

Ele se sente à vontade em qualquer sociedade, tem pontos em comum com todas as classes; sabe quando falar e quando calar; ele é capaz de conversar; ele é capaz de ouvir; ele pode fazer uma pergunta pertinente e obter uma lição razoavelmente, quando não tem nada para se comunicar; ele está sempre pronto, mas nunca no caminho; ele é um companheiro agradável e um camarada em quem você pode confiar; ele sabe quando ser sério e quando brincar, e tem um tato seguro que lhe permite brincar com graça e ser sério com efeito.

Ele tem o repouso de uma mente que vive em si mesma, enquanto vive no mundo, e que tem recursos para sua felicidade em casa quando não pode ir para o exterior. Ele tem um dom que o serve em público e o sustenta na aposentadoria, sem o qual a boa fortuna não passa de vulgar, e com o qual o fracasso e a decepção têm um encanto. A arte que tende a tornar o homem tudo isso está no objeto que persegue tão útil quanto a arte da riqueza ou a arte da saúde, embora seja menos suscetível de métodos e menos tangível, menos completo em seu resultado.

O Relatório Radhakrishnan sobre Educação Universitária na Índia acrescenta: “O propósito de toda educação, é admitido por pensadores do Oriente e do Ocidente, é fornecer uma imagem coerente do universo e um modo de vida integrado”. E, de fato, se a educação pode atingir esse objetivo, qualquer produto de nossas instituições educacionais pode desempenhar seu papel na vida e ajudar na construção de um mundo melhor.

Aqui, também pode ser observado que a educação às vezes é usada como meio de doutrinação. Nos países comunistas, os alunos recebem aulas de comunismo, enquanto nos países islâmicos são ensinados o fundamentalismo islâmico. Na Índia, embora as velhas formas de estratificação social baseadas em castas estejam chegando ao fim, a estratificação social está surgindo em uma nova forma.

O sistema escolar público deu origem a uma nova classe – as crianças da classe alta que não se misturam ou brincam com as crianças da classe baixa que recebem educação nas escolas do governo. Surgiu uma classe de crianças de elite ensinadas sobre o estilo de vida ocidental.

A educação acelerou a taxa de mobilidade social. Um jovem instruído não encontra avenidas abertas na aldeia e, conseqüentemente, migra para a cidade, onde consegue um emprego lucrativo que eleva seu status social. A sociedade moderna é mais “aberta” do que a tradicional e uma das razões é a explosão da educação.

AMPLIAÇÃO DO REPERTÓRIO VOCABULAR

A ampliação do repertório vocabular é um processo fundamental para o desenvolvimento das habilidades de comunicação e expressão. O vocabulário de uma pessoa pode ser entendido como o conjunto de palavras que ela conhece, compreende e utiliza na interação com outros indivíduos. A riqueza do vocabulário está diretamente ligada à capacidade de articular ideias de forma clara e eficiente, além de contribuir para o entendimento de textos e discursos em diferentes contextos. Nesse sentido, ampliar o repertório de palavras é uma prática que oferece inúmeros benefícios, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, uma vez que a comunicação eficaz é uma competência muito valorizada em diversas áreas do conhecimento e no mercado de trabalho.

A construção do vocabulário começa ainda na infância, quando as crianças começam a explorar o mundo ao seu redor e aprender palavras novas por meio da interação com os pais, familiares e outros indivíduos de seu convívio. Essa aquisição de novas palavras se intensifica na fase escolar, onde o contato com a leitura, a escrita e a fala em diferentes contextos expande o universo vocabular. No entanto, o desenvolvimento do vocabulário não se limita à infância e à adolescência. Mesmo na vida adulta, é possível — e necessário — continuar a expandir o conhecimento das palavras, principalmente através de práticas como a leitura frequente, a escrita e a escuta atenta em situações formais e informais.

Ler é, sem dúvida, uma das maneiras mais eficazes de aumentar o repertório vocabular. Ao entrar em contato com diferentes gêneros textuais, como romances, artigos científicos, crônicas, reportagens e ensaios, o leitor se depara com palavras e expressões que podem não fazer parte de seu uso cotidiano. Além disso, a leitura de textos técnicos ou acadêmicos oferece um vocabulário especializado que é importante para determinadas áreas do conhecimento. O leitor atento busca o significado das palavras desconhecidas, inserindo-as gradativamente em seu repertório e, com o tempo, passa a utilizá-las com mais segurança. Essa prática de busca ativa por novos termos é uma ferramenta poderosa para a construção de um vocabulário mais robusto e variado, que irá contribuir significativamente para o aprimoramento da capacidade de argumentação e reflexão crítica.

A escrita, por sua vez, é um excelente exercício para fixar as palavras aprendidas e ampliar ainda mais o vocabulário. Ao escrever, o indivíduo é desafiado a organizar suas ideias de forma clara e coesa, utilizando as palavras que conhece e buscando novas expressões para dar conta do que deseja transmitir. A prática constante da escrita auxilia no domínio da linguagem e no uso adequado das palavras em diferentes contextos. A revisão dos

textos, feita de forma criteriosa, permite identificar repetições e limitações no uso de certos termos, incentivando a busca por sinônimos e novas construções que ampliem o campo vocabular.

Outra forma eficiente de incrementar o repertório de palavras é a escuta ativa, seja em conversas, palestras, vídeos, programas de rádio ou podcasts. A oralidade oferece um campo vasto de exploração linguística, principalmente quando se presta atenção às palavras e expressões utilizadas por outros falantes. Essa exposição a diferentes formas de fala, principalmente em contextos formais, ajuda a internalizar novos termos e a entender suas nuances de uso, favorecendo o aumento do vocabulário.

Também é importante mencionar que a aquisição de vocabulário vai além da simples memorização de palavras isoladas. Para realmente ampliar o repertório vocabular, é fundamental compreender o contexto em que as palavras são usadas, suas variações semânticas e gramaticais, bem como as diferentes conotações que podem adquirir dependendo da situação. O uso inadequado de uma palavra pode comprometer a clareza de uma comunicação ou até mesmo gerar equívocos interpretativos, o que reforça a importância de não apenas conhecer novas palavras, mas também saber como e quando utilizá-las de forma apropriada.

Outro aspecto relevante da ampliação vocabular é a diversidade de fontes e de experiências a que o indivíduo se expõe. Quanto mais variada for essa exposição, maior será a possibilidade de incorporar novos termos ao vocabulário. A interação com pessoas de diferentes áreas do conhecimento, a leitura de textos em diferentes idiomas, a participação em debates e discussões são exemplos de práticas que estimulam o uso e a compreensão de palavras diversas. Além disso, a prática de jogos de palavras, como palavras-cruzadas, pode ser um complemento lúdico e eficiente para o desenvolvimento do vocabulário.

Portanto, a ampliação do repertório vocabular é um processo contínuo e dinâmico, que exige esforço e dedicação, mas que traz retornos significativos para quem se propõe a fazê-lo. Não se trata apenas de acumular palavras, mas de desenvolver uma comunicação mais rica, variada e eficiente, capaz de refletir de forma mais precisa as nuances do pensamento e das intenções do falante ou escritor. A busca por novas palavras deve ser vista como um investimento no próprio desenvolvimento pessoal e intelectual, uma vez que a linguagem é a ferramenta primordial através da qual nos relacionamos com o mundo e com os outros. Assim, quem se dedica a ampliar seu vocabulário está, na verdade, se capacitando a pensar melhor, a entender mais profundamente as ideias e a comunicar-se com mais precisão e eficácia.

A CRIANÇA PRÉ- ESCOLAR E SUAS LINGUAGENS

A fase pré-escolar é um período crucial no desenvolvimento infantil, marcado por significativas transformações nas capacidades cognitivas, emocionais e sociais da criança. Entre os aspectos mais relevantes dessa etapa está o desenvolvimento das linguagens, que inclui não apenas a linguagem verbal, mas também outras formas de expressão, como a linguagem corporal, artística e simbólica. A criança pré-escolar, que geralmente tem entre 3 e 6 anos de idade, encontra-se em um momento em que suas habilidades comunicativas se expandem de maneira significativa, e isso

acontece tanto em termos quantitativos — com o aumento do vocabulário — quanto qualitativos — com a melhora da capacidade de se expressar e compreender o mundo à sua volta.

A linguagem verbal, sem dúvida, é um dos aspectos mais evidentes no desenvolvimento da criança durante essa fase. Nessa idade, a criança já dominou uma série de palavras e começa a construir frases mais complexas, utilizando verbos, substantivos, pronomes e outros elementos gramaticais de forma mais estruturada. É um momento em que a curiosidade se intensifica, e o uso da linguagem se torna ferramenta fundamental para explorar o ambiente, fazer perguntas, narrar acontecimentos e expressar necessidades e sentimentos. O desenvolvimento da linguagem verbal está diretamente relacionado às interações sociais da criança, seja com os pais, com os colegas na escola ou com outros adultos. Quanto mais diversificadas e ricas forem essas interações, maior será a oportunidade de ampliação do vocabulário e de desenvolvimento da capacidade de argumentação, narração e interpretação.

No entanto, a linguagem da criança pré-escolar não se limita à verbalização de pensamentos. É importante compreender que a criança dessa faixa etária utiliza uma ampla gama de formas de expressão. A linguagem corporal, por exemplo, continua a desempenhar um papel essencial. As crianças pré-escolares ainda estão em processo de aprimoramento da coordenação motora e do controle corporal, mas já conseguem usar gestos, expressões faciais e posturas para comunicar-se de maneira eficaz. Essa linguagem não verbal é especialmente útil em situações em que a criança ainda não dispõe das palavras adequadas para expressar o que sente ou pensa. Assim, o movimento, o olhar e o gesto tornam-se meios valiosos para transmitir suas intenções, desejos e emoções.

Além da linguagem corporal, a linguagem simbólica também ganha destaque durante o período pré-escolar. Através do brincar, as crianças começam a usar objetos e ações para representar outras coisas, desenvolvendo o que chamamos de jogo simbólico. Ao usar um pedaço de pau para simular uma espada ou ao cuidar de uma boneca como se fosse um bebê, a criança está exercitando sua capacidade de abstração e de simbolização, o que é um marco importante em seu desenvolvimento cognitivo. O jogo simbólico permite à criança explorar diferentes papéis e situações, além de expressar medos, desejos e fantasias. Essa forma de linguagem, muitas vezes negligenciada, é essencial para o desenvolvimento da imaginação e da criatividade, além de contribuir para o entendimento de regras sociais e para a construção de narrativas pessoais.

Outro aspecto fundamental da linguagem na fase pré-escolar é a linguagem artística. Nessa idade, a criança demonstra grande interesse por atividades como o desenho, a pintura, a música e a dança, que são meios importantes de expressão e comunicação. O desenho, por exemplo, é uma forma de linguagem visual que permite à criança representar o que vê, sente e imagina. Mesmo que seus traços não sigam a lógica dos adultos, o desenho infantil carrega uma intenção comunicativa muito forte, expressando não só aspectos concretos do ambiente da criança, como também suas emoções e percepções subjetivas. A música, por sua vez, oferece à criança a oportunidade de expressar-se de forma rítmica e melódica, ajudando no desenvolvimento da sensibilidade auditiva e no reconhecimento de padrões. A dança, muitas vezes associada à música, proporciona à criança um meio de se expressar corporalmente de maneira espontânea e criativa.

É importante reconhecer que todas essas formas de linguagem — verbal, corporal, simbólica e artística — estão interligadas e contribuem de maneira integrada para o desenvolvimento global da criança pré-escolar. Cada uma delas oferece à criança uma maneira de se relacionar com o mundo e com as pessoas ao seu redor, ajudando-a a construir suas próprias experiências de forma ativa. A escola e o ambiente familiar desempenham um papel fundamental nesse processo, ao oferecerem um espaço seguro e estimulante onde a criança pode explorar essas diferentes linguagens.

O papel dos educadores e dos pais, nesse contexto, é de fundamental importância. Eles são os responsáveis por criar um ambiente rico em estímulos que promovam o uso diversificado da linguagem em suas múltiplas formas. Para o desenvolvimento da linguagem verbal, por exemplo, a leitura de histórias, o diálogo constante e a correção amorosa de eventuais erros linguísticos são estratégias eficazes. Já para a linguagem simbólica, o incentivo ao brincar livre e à participação em jogos de faz de conta é essencial. Da mesma forma, as atividades artísticas devem ser promovidas de forma regular, permitindo à criança explorar seu potencial criativo e expressivo sem restrições excessivas.

Portanto, a criança pré-escolar encontra-se em uma fase de descoberta intensa de suas múltiplas linguagens. Esse período é marcado pela curiosidade, pela experimentação e pela vontade de interagir e compreender o mundo. Cabe aos adultos proporcionar as condições adequadas para que essa exploração ocorra de forma plena, promovendo o desenvolvimento integral da criança e preparando-a para os desafios das próximas fases de sua vida escolar e social. O respeito às particularidades de cada forma de linguagem e o incentivo à sua utilização são a chave para garantir um desenvolvimento saudável e equilibrado, onde a criança possa se expressar de forma completa e autêntica.

ATENDIMENTO À CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR PROVENIENTE DE AMBIENTES POUCO ESTIMULADORES

O atendimento à criança pré-escolar proveniente de ambientes pouco estimuladores apresenta desafios significativos que requerem uma abordagem cuidadosa, planejada e sensível por parte dos educadores e profissionais envolvidos em sua formação. Crianças que vivem em contextos de baixa estimulação, seja por questões econômicas, sociais ou familiares, podem apresentar defasagens em seu desenvolvimento, especialmente no que se refere às suas habilidades cognitivas, sociais, emocionais e linguísticas. Contudo, esses obstáculos não são intransponíveis, e a intervenção adequada pode promover ganhos importantes que compensam, ao menos em parte, as lacunas deixadas pela ausência de estímulos no ambiente familiar.

Em um ambiente pouco estimulador, a criança pode enfrentar limitações no desenvolvimento de sua linguagem verbal, na aquisição de novos conceitos e na habilidade de se relacionar com o mundo à sua volta de maneira plena. Esses ambientes, geralmente caracterizados por pobreza material e emocional, não oferecem às crianças as oportunidades de interação e exploração que são essenciais para o seu crescimento. Muitas vezes, as famílias, por falta de conhecimento ou por condições adversas, não conseguem proporcionar momentos de diálogo, leitura, brincadeiras criativas ou outros estímulos que são fundamentais na fase pré-escolar.

Isso pode gerar deficiências no repertório vocabular da criança, na capacidade de resolução de problemas e até mesmo no desenvolvimento de sua autonomia e autoconfiança.

Diante desse cenário, o papel da escola e dos educadores é ainda mais importante. A instituição escolar torna-se um ambiente-chave para compensar as carências e fornecer os estímulos necessários para que a criança possa desenvolver suas potencialidades de forma adequada. O primeiro passo nesse processo é o diagnóstico preciso das necessidades de cada criança. Os educadores devem estar atentos aos sinais que indicam que uma criança vem de um ambiente pouco estimulador, como dificuldades de comunicação, baixa participação nas atividades em grupo, dificuldade em seguir rotinas, pouca curiosidade ou criatividade nas brincadeiras e interação limitada com os colegas. Essas observações são essenciais para que se possa traçar estratégias de atendimento individualizado, adequadas às necessidades e potencialidades de cada criança.

Uma vez identificada a necessidade de uma intervenção mais intensa, o planejamento pedagógico deve focar em atividades que ofereçam à criança oportunidades de vivenciar experiências variadas e enriquecedoras. A ampliação do vocabulário, por exemplo, pode ser trabalhada por meio de leituras diárias, contação de histórias, rodas de conversa e jogos de linguagem que incentivem a criança a se expressar e a ouvir os colegas. Atividades lúdicas, como brincadeiras de faz de conta e jogos simbólicos, são excelentes ferramentas para estimular a criatividade e o uso da linguagem verbal e corporal. Além disso, a participação em atividades artísticas, como desenho, pintura, música e dança, pode favorecer o desenvolvimento de novas formas de expressão e contribuir para a construção da autoestima.

O incentivo à exploração do ambiente e à curiosidade também deve ser uma prioridade no atendimento à criança que vem de um contexto de baixa estimulação. A escola precisa se tornar um lugar de descoberta, onde a criança se sinta motivada a investigar, a fazer perguntas e a experimentar o mundo ao seu redor. A criação de ambientes ricos em estímulos visuais, táteis e sonoros é fundamental para despertar o interesse e proporcionar novas experiências sensoriais à criança. Essa riqueza de estímulos, aliada a um trabalho pedagógico bem direcionado, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais que são cruciais nessa etapa da vida.

Além das estratégias pedagógicas específicas, é importante que a escola estabeleça um canal de comunicação aberto e eficaz com a família. Muitas vezes, os pais ou responsáveis não têm conhecimento das necessidades específicas da criança ou não sabem como podem colaborar para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a escola pode desempenhar um papel fundamental ao orientar e capacitar os familiares para que participem de forma ativa no processo de aprendizagem da criança. Reuniões periódicas, encontros de formação e oficinas voltadas para os pais podem ser boas formas de envolvê-los nesse processo, mostrando-lhes como pequenas mudanças no cotidiano podem gerar grandes impactos no desenvolvimento infantil. É importante reforçar que a relação entre escola e família deve ser de parceria e colaboração, sem julgamentos ou cobranças desproporcionais, mas com foco no bem-estar e no progresso da criança.

Outro aspecto importante no atendimento a essas crianças é o desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Crianças provenientes de ambientes pouco estimuladores podem, muitas vezes, apresentar dificuldades para interagir com os colegas, compartilhar ou lidar com frustrações. O desenvolvimento dessas